

VOLATILIDADE ELEITORAL EM SÃO PAULO, 1985-92¹

Marcelo Oliveira Coutinho de Lima

RESUMO

O artigo examina a volatilidade eleitoral na cidade de São Paulo no período 1985-92. São descritas as principais hipóteses sobre a mudança eleitoral nas democracias européias e americana, bem como a metodologia para o cálculo da volatilidade das preferências eleitorais. Após adaptar estes critérios para o contexto brasileiro e paulistano, foi possível verificar que os mais altos índices de volatilidade encontram-se, ao contrário do que se poderia esperar, entre os eleitores teoricamente mais bem informados e educados. O autor levanta a hipótese de que este tipo de comportamento e os efeitos dos meios de comunicação de massa nas campanhas eleitorais podem levar o sistema partidário brasileiro a uma evolução diferente daquela preconizada pelos modelos clássicos da ciência política, baseados na clivagem social. *Palavras-chave: eleições; volatilidade do voto; São Paulo; áreas homogêneas; partidos.*

SUMMARY

This article questions the volatile character of electoral behavior in the city of São Paulo between 1985 and 1992. The author discusses the prevailing hypotheses concerning electoral change in European democracies and in the USA, along with the methodology employed to calculate oscillations in voter preference patterns. Adapting these criteria to the Brazilian context, surprisingly one finds that the highest rates of change in electoral preferences are to be found among voters who are theoretically more informed and educated. The author surmises that this sort of behavior along with the effects of mass media on electoral campaigns may lead the Brazilian party system to evolve differently from the development path predicted by classical political science models, based on social differences.

Keywords: elections; voter volatility; São Paulo; homogeneous zones; political parties

Um eleitorado de oposição?

Entre 1982 e 1992 os paulistanos foram às urnas em sete ocasiões (excluindo-se três segundos turnos de 1989 em diante). Por cinco vezes (1985, 1986, 1988, 1989 e 1990) escolheram candidatos de perfis razoavelmente diferentes daqueles dos vencedores nos pleitos anteriores².

Desde a década de 70, quando o MDB obteve maciças vitórias na capital, até ao longo dos anos 80, quando o vitorioso geralmente era um candidato em oposição ao partido que ocupava a prefeitura ou o Palácio dos Bandeirantes, este carácter "oposicionista" do eleitorado paulistano já foi

(1) O presente artigo é versão condensada da dissertação de mestrado apresentada à FFLCH da USP. Sou particularmente grato ao meu orientador, Antônio Flávio Pierucci, e aos professores Reginaldo Prandi e Fernando Limongi pelas inúmeras e valiosas observações feitas por ocasião da defesa da mesma, que procurei incorporar aqui. Naturalmente, a responsabilidade pelos erros que porventura persistiram é apenas do autor.

descrito por diversos autores³. Suas análises nos informam que, para além da diversidade do resultado final, acontecem variações expressivas não só no conjunto das preferências durante as campanhas, como também na distribuição dos votos dentro do espaço geográfico do município. Quando cruzamos estes resultados com as características sócio-econômicas de cada unidade de análise, verificamos que alguns candidatos ou partidos são sistematicamente mais votados nas áreas mais ricas da cidade, enquanto outros conseguem seus melhores desempenhos nos bairros da periferia ou em distritos de classe média ou com grande concentração de operários (Brant, 1989; Singer, 1990; Pierucci e Lima, 1991).

Entretanto, um exame dos resultados eleitorais e da literatura disponível indica também que, embora a distribuição "geográfica" do voto na capital paulistana obedeça a padrões sócio-econômicos relativamente precisos e tenha sido amplamente estudada ao longo dos últimos anos, pouco se falou sobre suas variações, ou a volatilidade das preferências eleitorais. Este será o objetivo do presente artigo

Consolidação democrática e mudança eleitoral

A variação das preferências eleitorais é uma medida do grau de satisfação de cada grupo social com as alternativas que lhe são oferecidas pelo sistema partidário. Como os partidos foram durante muito tempo os principais responsáveis pela canalização da participação dos cidadãos nas democracias modernas, a análise política tradicional tende a enfatizar o fato de que um sistema partidário que não ofereça alternativas "confiáveis", traduzidas por maior estabilidade das escolhas eleitorais, está sujeito a maior grau de violência política. De fato, boa parte da literatura indica que altos índices de volatilidade eleitoral são uma ameaça à sobrevivência dos sistemas partidários e da própria democracia (Huntington, 1975; Powell, 1982; Lijphart, 1984).

Segundo este ponto de vista, a volatilidade do eleitor também seria uma das causas do aparecimento de governos fracos, cujo único compromisso é garantir sua continuidade no poder. Sem capacidade de atuação no longo prazo e com dificuldades para implantar políticas estáveis, eles estariam sujeitos a enormes pressões sociais, que acabariam por comprometer a manutenção do regime democrático.

Uma das origens deste conceito negativo da volatilidade está nos estudos desenvolvidos nas décadas de 50 e 60 pelos pesquisadores da Universidade de Michigan, que acabaram por se constituir no paradigma mais importante no campo do comportamento eleitoral. Em função dos resultados encontrados nas pesquisas conduzidas por aquela instituição, a volatilidade foi associada aos eleitores "periféricos", isto é, aqueles com pouco ou nenhum interesse em política e baixa quantidade e qualidade de informação sobre os partidos, seus candidatos e os principais temas de

(2) Considerando somente os resultados da capital, temos os seguintes vencedores: em 1982, Franco Montoro, do PMDB (governador); em 1985, Jânio Quadros, PTB (prefeito); em 1986, Antonio Ermírio (governador), também PTB, mas com um perfil e apelo bastante diferentes dos de Jânio; em 1988, Luiza Erundina, PT (prefeita); em 1989, na eleição presidencial, Mário Covas, PSDB (primeiro turno), e Fernando Collor, PRN (segundo turno); em 1990 (governador) e 1992 (prefeito), Paulo Maluf no primeiro e segundo turnos.

(3) A maior parte destes trabalhos foi realizada por pesquisadores ligados ao Idesp e ao Cebrap, dando continuidade aos estudos de Bolívar Lamounier sobre as eleições paulistas nos anos 70.

campanha. A instabilidade eleitoral aparece então associada a processos "irracionais" da escolha, fundada em critérios subjetivos como a percepção da figura do candidato, a aceitação de práticas clientelísticas etc. (Campbell e outros, 1954, 1966, 1976).

Sob esta perspectiva, os partidos brasileiros ainda teriam um longo caminho a percorrer. A consolidação da democracia em nosso país dependeria de um sistema partidário "forte", caracterizado pela existência de organizações baseadas nas principais clivagens da nossa sociedade, onde as divisões políticas são expressão das divisões de classe, notadamente em relação ao conflito entre a classe operária (e/ou camponesa) e os proprietários dos meios de produção⁴. Nesta situação "ideal", poderíamos verificar uma identificação partidária estável e constante, de acordo com a postulação do modelo de Michigan. Nosso sistema partidário deveria, portanto, se sujeitar à mesma perspectiva "evolucionista" que caracterizou o desenvolvimento dos sistemas partidários europeus e norte-americanos.

Entretanto, aqueles sistemas começaram a sofrer, principalmente a partir do final dos anos 60, crescente instabilidade eleitoral. Um número expressivo de eleitores passou a mudar sua preferência a cada eleição, "flutuando" entre as diversas agremiações partidárias. Novos partidos apareceram e, embora incapazes de atingir maiorias parlamentares, tiveram papel decisivo na formação e queda de governos (Franklin e Mackie, 1992).

O fenômeno passou a ocupar a atenção de um número crescente de cientistas sociais (Niemi e Weisberg, 1993). Preocupadas em entender melhor as motivações deste eleitorado, diversas pesquisas começaram a mostrar que a instabilidade das escolhas eleitorais não podia ser associada unicamente a eleitores apáticos ou a baixo nível de informação (Grunberg, 1985). Assim, ao contrário do que pregava o modelo de Michigan, os eleitores flutuantes também poderiam ser tão ou mais educados, informados e interessados que a média do eleitorado. A decisão do voto, neste caso, seria resultado de um elaborado sistema de cálculos e representações, englobando utilidade pessoal, percepção de possibilidades de vitória deste ou daquele candidato, ideologia de classe e de partido.

É importante ressaltar que, sob este aspecto, o termo "flutuante" ou "volátil" perde sua conotação negativa para passar a ser associado também ao eleitor racional (no estilo "downsoniano"), bem-informado e com nível mais elevado de escolaridade. Ainda que sua racionalidade seja baseada em "atalhos informacionais" (Popkin, 1991), como a aparência do candidato, e sujeita a manipulação dos meios de comunicação de massa (Meyrowitz, 1985; Edelman, 1988; Jamieson, 1992), representa um avanço sobre a figura "marginal" do eleitor volátil descrita no modelo de Michigan.

As implicações desta nova caracterização precisam ser levadas em conta no debate sobre o sistema partidário brasileiro. Sofremos não só as dificuldades usuais de uma transição para a democracia, como também as de um modelo de democracia em transição, em que os partidos perdem, ou sentem razoavelmente diminuída, sua função de agentes organizadores das demandas sociais e canal de contato entre o candidato e os eleitores. Não

(4) "As pessoas inclinam-se não só a votar constantemente no mesmo partido, como também as preferências partidárias são transferidas de uma geração para outra: os filhos votam como os pais, e os habitantes de uma localidade votam no mesmo partido durante décadas. [...] a estabilidade eleitoral deriva, em grande medida, da determinação das preferências políticas por fatores sócio-econômicos. Na democracia de partido as clivagens eleitorais refletem divisões de classe. Embora já se observasse, na primeira metade deste século, em todos os países democráticos, a influência dos fatores sócio-econômicos sobre o comportamento eleitoral, ela é particularmente evidente nos países onde um dos grandes partidos foi formado e explicitamente concebido para ser a expressão política da classe operária. Os partidos socialistas ou social-democratas são geralmente considerados os arquétipos do partido de massa contemporâneo, que se transformou, desde o final do século XIX, no núcleo de organização das democracias representativas. Por essa razão, nos países onde os partidos social-democratas são mais fortes é que se pode encontrar a forma mais pura do tipo de representação gerado por lealdades partidárias estáveis. Na Alemanha, Inglaterra, Áustria e Suécia, o voto constituiu, durante décadas, o meio de expressão de uma identidade de classe" (Manin, 1995, p. 18).

cabe discutir aqui o impacto dos meios de comunicação de massa sobre o comportamento dos atores políticos e dos eleitores, temas que já abordamos em outras ocasiões (Lima, 1993), mas apenas assinalar que seu aparecimento e disseminação tem impacto decisivo sobre a democracia partidária⁵.

Destaque-se que, no contexto desta, não buscamos sugerir a hipótese de que os que pedem maior fortalecimento dos partidos desejam reproduzir um modelo em declínio. Trataremos apenas de procurar verificar, por meio da análise dos resultados eleitorais do município de São Paulo, se existem variações expressivas na volatilidade eleitoral no âmbito da capital. Nossa hipótese é de que elas ocorrem com intensidades diferentes nas zonas sócio-econômicas do município, agrupadas em áreas homogêneas (AH)⁶.

Mesmo que verifiquemos a validade desta hipótese, várias conclusões permanecerão em aberto, uma vez que lidamos com resultados agregados que impossibilitam refazer o percurso do eleitor individual. Uma maior volatilidade nas áreas mais pobres, como seria de se esperar de acordo com o modelo de Michigan, não significa necessariamente que os eleitores dessas regiões sejam sempre mais voláteis que os das áreas mais ricas, mas sim que, no conjunto, têm maior tendência para a dispersão de suas preferências.

Por outro lado, se a volatilidade for maior nas áreas mais ricas ou mesmo igual para o conjunto do município, então será o caso de pensar em rever alguns conceitos sobre as "cidades ideais" dos paradigmas da sociologia eleitoral. Se constatarmos que não é possível associar diretamente volatilidade a apatia política e baixos níveis de instrução, é evidente que a discussão dos mecanismos para fortalecer a democracia no Brasil tem que passar por outros aspectos que não apenas o fortalecimento dos partidos, mas também pelo entendimento do seu papel em um regime democrático marcado pela presença dos meios de comunicação de massa na mediação entre candidatos e eleitores, além das profundas desigualdades sociais que marcam nosso país.

Origem e definição do conceito de volatilidade eleitoral

Para entendermos a origem do conceito de volatilidade eleitoral é necessário um pequeno recuo no tempo, mais precisamente ao pós-guerra. Naquele contexto, as democracias da Europa viviam um estado de "congelamento" dos sistemas partidários ("*freezing of party systems*"), refletindo, com algumas poucas exceções, as clivagens sociais dos anos 20 (Lipset e Rokkan, 1967). A partir do final dos anos 60 verificou-se uma espécie de "descongelamento" desses sistemas, com o aparecimento de novos partidos e crescente imprevisibilidade dos resultados eleitorais.

Para denominar o comportamento "imprevisível" do eleitor a partir do final dos anos 60 e sua facilidade em mudar de um partido para outro, em

(5) "N.º passado, cada partido usava propor aos eleitores um programa político que se prometia a cumprir, caso chegasse ao poder. Hoje a estratégia eleitoral dos candidatos e dos partidos repousa, em vez disso, na construção de imagens vagas que projetam a personalidade dos líderes [...] a arena política vem sendo progressivamente dominada por fatores técnicos que os cidadãos não possuem. Os políticos chegam ao poder por causa de suas aptidões e experiência no uso dos meios de comunicação de massa, não porque se aproximem ou se assemelhem aos seus eleitores" (Manin, 1995, p. 1).

(6) Trata-se de uma classificação que agrupa um conjunto de distritos e subdistritos administrativos — não necessariamente contínuos no espaço — segundo características sócio-econômicas distintas, refletindo uma estratificação de contextos sociais por padrões de vida. As análises para a década de 70 e início dos anos 80 foram feitas com base em uma classificação da Secretaria do Planejamento em 1977, usando dados do Censo de 70, e dividiam a cidade em oito regiões, da AH 1, a mais rica e com melhor infra-estrutura urbana, até AH 8, mais carente e pobre em termos de condições de vida. Através deste recurso tornou-se possível verificar a existência de uma diferenciação social do voto paulistano dentro dos limites do município (Lamounier, 1980). O crescimento acelerado da cidade ao longo da década de 70, seguido de uma modificação no perfil de ocupação de algumas áreas, indicou a necessidade de um novo estudo para acomodar estas mudanças. Usando dados do Censo de 1980 e observações locais, Pierucci, Prandi e Mendes (1985) introduziram uma nova classificação, que divide a cidade em cinco regiões homogêneas, de acordo com os distritos administrativos. Como no caso anterior, a área mais rica e bem servida de infra-estrutura urbana tem o número 1, e a mais pobre e carente de equipamentos, número 5.

contraste com a estabilidade das suas escolhas e orientação ideológica no pós-guerra, os cientistas sociais cunharam a expressão "volatilidade eleitoral". O senso comum entende a volatilidade como a alternância de correntes políticas diversas em eleições sucessivas, traduzidas em cadeiras nas diversas instâncias legislativas e, no caso brasileiro e americano, no comando do Executivo. N.º contexto europeu — parlamentarista — a medida mais usada pela opinião pública, jornalistas e políticos é o ganho ou a perda de assentos no Parlamento de uma eleição para outra (Norris, 1990). Entretanto, estes critérios são apenas aproximados, por não medirem diretamente a volatilidade, mas apenas suas conseqüências.

Uma dificuldade adicional é estabelecida pela variedade de termos usados para se referir ao assunto. Ao longo de nossa pesquisa, deparamos expressões como "*electoral swing*" e "*electoral mobility*", entre outras⁷. Estritamente falando, o termo "volatilidade" é derivado das ciências físicas, onde serve para descrever a facilidade de mudança dos sólidos e líquidos para o estado gasoso. N.º nosso caso, *a volatilidade eleitoral pode ser definida como a medida da mudança eleitoral líquida entre duas eleições consecutivas* (Budge, 1982; Bartolini e Mair, 1990). A idéia de volatilidade ajuda a explicar o comportamento do eleitor a partir do momento em que os modelos clássicos de competição partidária "fechada" (dois ou três partidos iguais a duas ou três classes) já não dão conta da realidade que pretendem descrever.

Em contraste com a confusão a respeito da sua denominação, o cálculo do índice de volatilidade propriamente dito é comum aos principais trabalhos na área (Pedersen, 1979; Budge, 1982; Bartolini e Mair, 1990) e é dado pela seguinte fórmula:

$$VT = \frac{|P_iV| + |P_jV| + |P_kV| + \dots + |P_nV|}{2}$$

Onde: VT representa a volatilidade total; P_iV representa a mudança no voto para o partido i entre duas eleições consecutivas e assim sucessivamente.

Embora também possam ser incorporados os nulos, brancos e as abstenções, normalmente P_nV é expressa em termos de porcentagens sobre os votos válidos. Neste caso, supondo que as perdas de um partido significarão ganhos para outros, a divisão por dois ocorre para que não contemos as mesmas mudanças duas vezes.

Para exemplificar, vamos supor duas eleições, E1 e E2, nas quais concorreram três partidos, com total de votos igual a 100. Supondo que os resultados tenham obedecido à seguinte distribuição:

Partidos	Votos	
	E1	E2
A	23	29
B	41	37
C	36	34

(7) "Volatilidade eleitoral é a medida da mudança eleitoral líquida entre duas eleições consecutivas, também conhecida como 'instabilidade eleitoral', 'mobilidade eleitoral', 'fluidade eleitoral', 'troca eleitoral' (*electoral swing*) e, em uma versão altamente idiossincrática, como 'institucionalização/decadência dos padrões de voto'. Há pouca vantagem em adotar qualquer dos três últimos termos: em sentido estrito, 'Fluidade' refere-se à propensão de partículas de um líquido ou gás a mover-se livremente entre si, e dificilmente parece ser um termo adequado para descrever a mudança eleitoral; 'troca eleitoral' tem conotação excessivamente anglocêntrica, e parece ser adequada sobretudo às particularidades do sistema bipartidário britânico; enquanto a noção de 'institucionalização/decadência' permanece fortemente associada aos fundamentos teóricos do argumento original em torno do qual o conceito foi elaborado" (Hartolini e Mair, 1990, pp. 19-20).

Neste caso, a volatilidade total, VT, será obtida por meio do seguinte cálculo:

$$\begin{aligned} VT &= (123-29) + |41-37| + |36-34|)/2 \\ VT &= (6+4+2)/2 \\ VT &= 12/2 \\ VT &= 6 \end{aligned}$$

Nem sempre podemos inferir o comportamento individual a partir de resultados agregados (Iversen, 1981). Matematicamente, é até possível demonstrar casos em que a variação das preferências individuais seja oposta à da variação agregada. Entretanto, um levantamento de 34 eleições em diversos países, nas quais foi possível acompanhar o comportamento do eleitor através de patineis ou pesquisas retrospectivas, mostrou correlação significativa entre a volatilidade individual e a agregada, variando, conforme o país e a metodologia de obtenção dos dados, de 0,732 a 0,930⁸. Estes dados e os procedimentos já consagrados para o cálculo da volatilidade são mais que suficientes para os fins desta análise.

Devemos notar que VT é um resultado agregado, ou seja, o índice reflete o número mínimo de mudanças individuais de uma eleição para outra; portanto, o número de eleitores que de fato mudaram seu voto pode ser maior. Por outro lado, é preciso levar em conta que, mesmo que não haja nenhuma mudança nas preferências individuais, a volatilidade pode ser maior que zero, em virtude de diferentes preferências entre os eleitores que deixaram o eleitorado (por morte ou abstenção) e os que nele entraram. O índice de volatilidade deve ser entendido portanto como uma medida aproximada da mudança eleitoral (Bartolini e Mair, 1990).

Devemos ainda destacar que o cálculo da volatilidade eleitoral usa o percentual de votos de cada partido em eleições sucessivas para o mesmo cargo. Isto é possível graças à tradição do sistema partidário (a maioria dos partidos europeus e americanos já existia antes da II Guerra Mundial) e à regularidade dos pleitos. Algumas adaptações terão que ser feitas para o caso brasileiro.

Em primeiro lugar é preciso notar que, além da óbvia diferença em relação à penetração dos partidos nas sociedades européias, na maior parte das vezes a volatilidade é calculada em relação às eleições legislativas distritais, que tendem a ser menos influenciadas pela personalidade dos candidatos que a disputa para cargos executivos. Infelizmente, no caso do município de São Paulo não foi possível obter os resultados totais por partidos para os cargos legislativos por zona eleitoral e, para alguns anos, nem mesmo para o conjunto do município.

Outro problema é que nossas eleições foram carregadas de excepcionalidades. Em 1982 tivemos o voto vinculado, em 1985 eleições "solteiras" para prefeito, em 1986 o Plano Cruzado, em 1989 as primeiras eleições presidenciais em quase trinta anos e assim sucessivamente. Podemos supor que, na ausência destes acontecimentos, o comportamento do eleitorado seja mais estável. Mas isto implica comparar os resultados da eleição de 1990

(8) Além desta justificativa, baseada em dados empíricos, existem também maneiras estatísticas de calcular o comportamento individual a partir de dados agregados, utilizando matrizes e elementos da teoria das probabilidades. Entretanto, essa discussão escapa ao escopo deste artigo. Para maiores detalhes ver Bartolini e Mair, 1990 (especialmente pp. 27-34), e Iversen, 1981.

com a de 1992 (se não considerarmos o *impeachment* de Collor outra "excepcionalidade"), o que não nos parece uma amostra significativa do fenômeno que queremos estudar.

Mesmo correndo estes riscos, acreditamos que a comparação entre uma eleição e outra é válida. Não ignoramos as particularidades da nossa transição; ao contrário, traçaremos um quadro da volatilidade eleitoral apesar (ou justamente por causa) de todas estas particularidades. Será, ao menos, um elemento útil de comparação quando (e se) nosso sistema partidário-eleitoral se estabilizar nos moldes europeus ou americanos pré-década de 60.

N.º caso brasileiro, comparar eleições apenas para os mesmos cargos geraria um conjunto de dados muito esparso: teríamos a volatilidade para a eleição dos governadores em 1986 e 1990 e as de prefeito em 1988 e 1992. Neste ponto introduzimos nossa primeira "aproximação": para o cálculo da volatilidade serão comparados os resultados para as eleições sucessivas em relação ao cargo executivo mais importante, menos as disputas no segundo turno. Nossa série compara os resultados das eleições, de primeiro turno, para governador em 1982, 1986 e 1990 intercalados com os de prefeito em 1985, 1988 e 1992 e presidente em 1989.

Embora o voto para cargos executivos possua um caráter personalista — e conseqüentemente mais volátil —, também reflete um posicionamento político amplo, servindo como indicador de preferências ideológicas. Por outro lado, embora não excluindo a possibilidade de que o mecanismo de decisão para a escolha de um prefeito seja diverso do da escolha do governador, assumimos a hipótese de que estas diferenças não são significativas a ponto de comprometer a análise para efeitos do cálculo da volatilidade. Já a inclusão da eleição de 1989 justifica-se pela sua importância dentro do período analisado e por ter sido disputada por duas figuras importantes no âmbito eleitoral da capital em 1990 e 1992: Mário Covas e Paulo Maluf.

Outro problema para o cálculo da volatilidade é de natureza mais institucional. Conforme já destacamos, a fidelidade partidária e a consistência ideológica são baixas tanto entre os eleitores como entre os candidatos. Nesta mesma linha, cabe lembrar os diversos aspectos do nosso "subdesenvolvimento partidário": baixa vinculação entre os partidos e a sociedade, falta de coerência entre as propostas dos candidatos e as plataformas partidárias e a facilidade que os políticos têm de "cruzar as fronteiras" entre os partidos (Lamounier, 1990; Mainwaring, 1992; Kinzo, 1993). Diante deste quadro, calcular a volatilidade partidária pode ser um exercício tão inútil quanto frustrante.

Uma maneira para contornar este problema é calcular a volatilidade dos "blocos partidários". Em vez de usar o percentual de cada partido em relação ao total de votos válidos, somam-se os percentuais para partidos que julgamos possuírem características ideológicas semelhantes ou aparentadas. A principal diferença deste índice em relação ao cálculo tradicional é que ele tende a ser mais baixo, já que é mais difícil para o eleitor "cruzar as

fronteiras" entre blocos ideológicos que entre partidos que muitas vezes possuem posições similares (Bartolini e Mair, 1990). Sua fórmula, parecida com o cálculo da volatilidade total, é:

$$VB = \frac{|P(iV+jV+kV)| + |P(oV+mV+nV)|}{2}$$

Onde: VB representa a volatilidade total dos blocos partidários; $P(iV+jV+kV)$ representa a mudança líquida (em termos absolutos) no voto agregado para os partidos i , j e k , que pertencem ao mesmo bloco, entre duas eleições consecutivas.

Embora mudando o objeto da medida, a lógica da análise e do procedimento permanece a mesma. Entretanto, é necessário classificar estes blocos de maneira que sejam consistentes do ponto de vista não só ideológico, como também eleitoral, e comparáveis ao longo do tempo (1982-92).

Levando em conta as características ideológicas dos partidos, sua trajetória eleitoral e o período analisado, sugerimos três grandes blocos partidários para o cálculo da volatilidade: direita (PDS/PPR/PPB e, apenas em 1982 e 1985, PTB), centro (PMDB e PSDB) e esquerda (PT)⁹. Esta classificação nos parece razoável do ponto de vista histórico e permite comparações para todas as eleições estudadas (embora os resultados da eleição de 1994 mostrem que, para análises somente da década de 90, seria mais adequado separar os desempenhos do PMDB e PSDB).

Por outro lado, é impossível deixar de registrar que no período analisado dois nomes conseguiram despertar preferências significativas: Antonio Ermírio de Moraes e Fernando Collor. A princípio poderíamos ignorar este tipo de resultado, considerando-o um fenômeno ocasional e cada vez mais raro com a consolidação do regime democrático. Entretanto, este procedimento retiraria do nosso estudo um elemento importante da democracia, que é exatamente a imprevisibilidade. Quem garante que em uma próxima eleição outro *outsider* não desequilibre novamente a disputa entre os atores políticos mais tradicionais? É por este motivo que usaremos uma categoria "partidária" adicional: a dos "outros candidatos". Certamente mais heterogênea que a divisão dos blocos, ela coloca em nossos cálculos uma variável que está presente no mundo real.

Por fim, é necessário agregar em nossa análise um outro contingente expressivo: o dos votos brancos e nulos. Poderíamos ignorar esta dimensão do comportamento do eleitor e trabalhar somente com a votação dos partidos. Entretanto, em face do expressivo número de votos nulos e brancos em alguns anos (notadamente em 1988, 1990 e 1992, quando superaram a votação da maioria dos candidatos), pareceu-nos mais adequado incluir este tipo de manifestação do eleitor no cálculo da volatilidade.

Levando em consideração todos estes elementos, usaremos cinco resultados para o cálculo da volatilidade: o do bloco de direita, o do bloco de centro, o do bloco de esquerda, o dos "outros" candidatos e a soma dos brancos e nulos¹⁰.

(9) Baseada na análise de algumas votações importantes na Constituinte, Kinzo (1993) criou uma divisão dos partidos baseada em cinco escalas: governismo, conservadorismo, democratismo, nacionalismo e oposição ao sistema financeiro. A análise dos resultados mostrou uma diferenciação significativa, que reflete clivagens sociais importantes, ainda que com alguma dispersão. Sob esta ótica, teríamos três grandes blocos: PDS/PPR (atual PPB) e PFL; PTB e PMDB; PSDB, PDT e PT. Embora esta classificação leve em conta elementos de um momento específico (a Constituinte) e seja válida para o Legislativo, podemos usá-la como uma primeira indicação para a construção dos blocos mais importantes que disputaram as eleições em São Paulo na década de 80. Outra divisão, comum em alguns trabalhos que analisam a primeira parte deste período (Meneguello e Martins Alves, 1986), é entre conservadores (basicamente Jânio e Reynaldo em 1982, Jânio em 1985 e Maluf de 1986 em diante), PMDB e por fim o PT.

(10) A composição do bloco partidário de direita é dada pela votação dos seguintes candidatos: Reynaldo de Barros e Jânio Quadros (1982); Jânio (1985) e Paulo Maluf (1986-92). A composição do bloco partidário de centro foi determinada pela votação de Franco Montoro (1982), Fernando Henrique Cardoso (1985), Orestes Quércia (1986), João Leiva e José Serra (1988), Ulysses Guimarães e Mário Covas (1989), Luiz Antônio Fleury e Covas (1990), Aloysio Ferreira e Fábio Feldmann (1992). A do bloco de esquerda, representado pelo PT, é composta pelas votações de Lula (1982), Eduardo Suplicy (1985 e 1986), Luiza Erundina (1988), Lula (1989), Plínio de Arruda Sampaio (1990) e novamente Suplicy (1992).

Estamos conscientes de que esta categorização pode ser contestada de diversas maneiras. Tanto Antônio Ermírio como Collor possuíam uma plataforma de campanha situada a meio caminho entre o centro e os conservadores; por outro lado, não faltará quem lembre que o apoio do PSDB aos candidatos petistas no segundo turno de 1989 e 1992, bem como o próprio aparecimento do partido, são dados que impediriam sua colocação ao lado do PMDB. Mas, ao menos dentro do contexto paulistano no período estudado, nos pareceu adequado proceder desta maneira. Afinal, os políticos do PSDB com maior prestígio entre o eleitorado são Mário Covas, fundador do MDB, ex-prefeito e senador por este partido, e Fernando Henrique Cardoso, também ex-senador e candidato a prefeito pelo PMDB em 1985¹¹.

Comportamento eleitoral em São Paulo

Nos anos 70, a relação situação/oposição foi a chave para entender o comportamento do eleitorado, principalmente mediante a noção de identificação partidária. Conforme demonstrou Lamounier (1978, 1983), as eleições daquele período no município de São Paulo tiveram um caráter diferenciado em termos sócio-econômicos e de estruturação ideológica. Enquanto a periferia se alinhou rapidamente com o MDB, este processo foi mais lento na parte mais rica da cidade. Esta distribuição não difere, *grosso modo*, daquela descrita por Aziz Simão referente aos pleitos legislativos de 1945 e 1947 (Simão, 1956). Naquela ocasião, foi nos bairros com maior porcentagem de operários que o PCB registrou seus melhores resultados, indicando uma associação entre a posição na escala sócio-econômica e o voto. Em estudo posterior, Oliveiros S. Ferreira mostrou a persistência destas clivagens no resultado eleitoral (Ferreira, 1964).

Entretanto, o alinhamento dos anos 70 não se traduziu automaticamente em uma "identificação partidária" estável para a maior parte dos eleitores. Graças a uma combinação de fatores institucionais (bipartidarismo, supressão de eleições para cargos executivos etc.), o MDB passou a canalizar e representar uma série de demandas difusas, principalmente para o eleitorado de baixa renda. Neste sentido, agregou à sua base eleitoral um contingente expressivo de eleitores que, embora não totalmente à margem do processo político, somente conseguiram estruturar seu protesto por meio da identificação com este partido.

Com a chegada do pluripartidarismo e a volta das eleições para cargos executivos, aumentaram as opções de posicionamento do eleitor. Ao mesmo tempo, a escolha deixou de ser polarizada entre um "sim ou não" que pressupunha o alinhamento com um conjunto estável, e relativamente bem-demarcado, de reivindicações. A diminuição do caráter plebiscitário facilitou a introdução de um componente "administrativista" no discurso eleitoral, que adquiriu peso cada vez maior com o passar do tempo — e de

(11) Atendendo sugestão do professor Fernando Limongi, realizei uma comparação com quatro blocos partidários (PDS/PPR, PMDB, PSDB e PT), utilizando as eleições de 1988, 1990 e 1992 (a eleição presidencial de 1989 foi excluída devido à baixa votação de Ulysses Guimarães). Os resultados praticamente não diferiram dos que serão apresentados a seguir, talvez em razão do predomínio da votação malufista no início desta década.

governos que não conseguiam melhorar a vida do cidadão (Muszynski, 1988).

As análises sobre o conteúdo das campanhas mostram uma mudança gradual nos principais temas entre 1982 e 1992: do combate à ditadura (subentendido como a "defesa dos pobres"), passamos ao eixo da competência administrativa (Ferrari, 1986; Ferrari e Costa, 1989; Lima, 1993a). Essa questão gerou uma nova dimensão para a diferenciação dos partidos. Com as dificuldades econômicas enfrentadas nos anos 80 e o desencanto político que se seguiu à "normalização" do processo eleitoral, a "competência" passou a ocupar um espaço decisivo na mente do eleitor (Matheus, 1992). O crescimento desta dimensão "econômica" do voto tem sido um fenômeno mundial e também ocorreu em países nos quais a abertura política foi seguida de crise econômica aguda, como a Espanha (Lancaster e Lewis-Beck, 1986; McDonough e Pina, 1992).

Paralelamente, detectou-se a diminuição da importância dos partidos para a decisão final do eleitor. Analisando uma série de surveys do Idesp entre 1974 e 1988, Muszynski e Mendes chegaram à conclusão de que "não apenas diminuiu o grupo [de eleitores] que declaram preferência por algum partido, como alastrou-se a idéia de que 'os partidos são inúteis' (de 23% em 1974 para 39% em 1988)" (Muszynski e Mendes, 1990, p. 64). Este desgaste é ainda maior se lembrarmos que em 1974 não existiam eleições para cargos executivos na capital paulista, e também ajuda a explicar o fato de que na mesma série de pesquisas houve um declínio do número de eleitores que escolhem candidatos em função do partido a que pertencem: de 43% em 1982 para 18% em 1988.

O multipartidarismo veio acompanhado de um aumento no personalismo das campanhas, outro fator que contribui para a volatilidade eleitoral. Vale notar que esta não é característica exclusiva do sistema brasileiro: tanto na Europa como nos Estados Unidos é cada vez maior o número de eleições centradas no candidato e não nos partidos (Gant e Luttbeg, 1991; Lipset, 1993; Van Deth e Janssen, 1994). O número crescente de eleitores independentes ou que se recusam a ter qualquer identificação partidária, bem como o sentimento de descrença em relação à política, acabam por criar um "mercado" eleitoralmente propício para os candidatos que se apresentam "acima" dos partidos — como bem o sabiam Jânio Quadros e Fernando Collor.

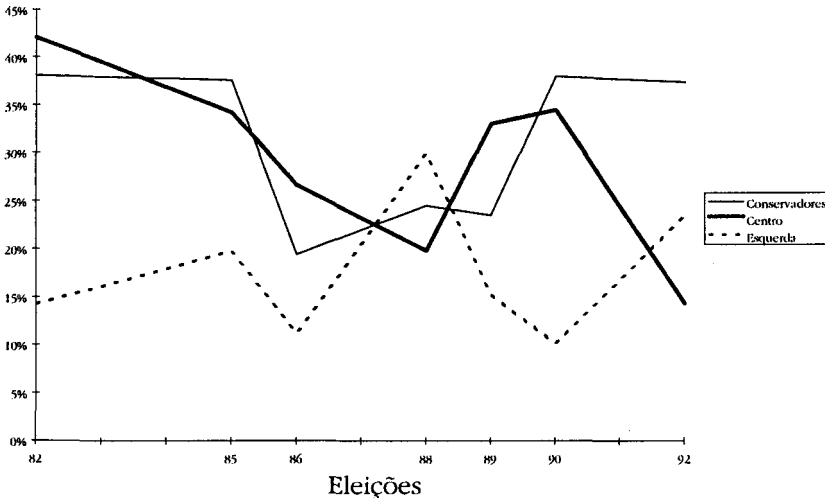
Com isto, não é de espantar que, em pouco tempo, as eleições em São Paulo tenham perdido a previsibilidade que marcou os anos 70. Passamos de uma situação de alinhamento eleitoral, ainda que forçado, para uma época marcada pela instabilidade dos resultados. Embora este desalinhamento seja considerado normal em uma transição para a democracia (Huntington, 1991; Rospir, 1993) e relativamente frequente nos grandes centros urbanos, permanece em aberto a questão de se o eleitorado paulistano vai se articular em torno de um sistema "tradicional" — seja ele baseado na identificação partidária ou no voto de classe — ou se adotará o comportamento mais volátil, e talvez "racional", verificado nas últimas décadas entre os eleitores do hemisfério norte.

Resultados eleitorais na capital, 1982-92

Observar o conjunto dos resultados eleitorais da capital, distribuídos por blocos partidários, permite a visualização de tendências nem sempre aparentes quando os resultados de cada eleição são examinados separadamente ou apenas em relação ao pleito anterior, conforme podemos verificar na *figura 1*.

Figura 1

Desempenho dos Principais Blocos Partidários, por Eleição na Capital
(% sobre o total de votos)
1982-1992



Fonte dos dados primários: TRE/SP.

Observe-se, por exemplo, o desempenho de Paulo Maluf no final dos anos 80 e início da década de 90. Se levássemos em conta apenas aquele período, poderíamos falar em um aumento do "conservadorismo" da população da capital. Na verdade, em termos proporcionais, Maluf apenas recuperou a parcela de votos que o bloco conservador tinha entre 1982 e 1985. Mesmo em 1992, quando finalmente conseguiu se eleger após quatro derrotas consecutivas, Maluf teve um percentual de votação ligeiramente inferior à soma das de Jânio Quadros e Reynaldo de Barros em 1982 e de Jânio Quadros em 1985.

Já o desempenho do bloco de centro, formado pelo PMDB e PSDB, é mais irregular. Embora no período estudado o PMDB tenha passado por

grande declínio e ainda seja difícil prever a capacidade do PSDB em ocupar o lugar da antiga "sigla mágica", os resultados da eleição de 1994 mostram que este bloco não pode ser considerado uma força em decadência na capital. Principalmente a partir de 1986 o desempenho do PMDB experimentou queda expressiva. Por outro lado, é bem possível que uma parcela dos votos "perdidos" pelo PMDB tenha migrado para o PSDB. Das quatro eleições que disputaram no período, os "tucanos" conseguiram uma vitória (em 1989) e um segundo lugar (em 1990) com Mário Covas, um candidato de inegável apelo popular e que venceu as eleições para governador em 1994. Mas o ex-prefeito de São Paulo não foi capaz de transferir este prestígio para outros nomes do partido, como José Serra (1988) e Fábio Feldmann (1992).

N.º caso da esquerda (PT), os resultados indicam que, embora localizado em um patamar de votos nitidamente inferior ao dos outros dois blocos, o partido conta com maior estabilidade do seu eleitorado. Mas este comportamento não tem sido suficiente para assegurar um predomínio na capital. Em que pese a vitória de Erundina em 1988, fruto de um movimento mais "conjuntural" do que de uma "guinada para a esquerda" do eleitorado (Muszynski, 1989), o PT enfrenta, além da resistência das camadas mais conservadoras (Pierucci, 1988; Pierucci e Lima, 1991, a elasticidade da oferta de candidatos do centro — quanto mais conhecidos os nomes dos candidatos do PMDB e PSDB, pior o desempenho do PT.

Em relação aos "outros" candidatos, sua votação atingiu resultados expressivos apenas em 1986, quando Antonio Ermírio de Moraes catalisou os votos de vasta parcela do eleitorado de classe média (Brant, 1989; Muszynski, 1988), e em 1989, quando Fernando Collor representou o voto "anti-Lula" para camadas da classe média e agregou diversas demandas entre o eleitorado de baixa renda (Singer, 1990; Pierucci e Lima, 1991). Nas outras eleições o desempenho deste bloco foi bastante discreto, não atingindo mais de 10% do total de votos.

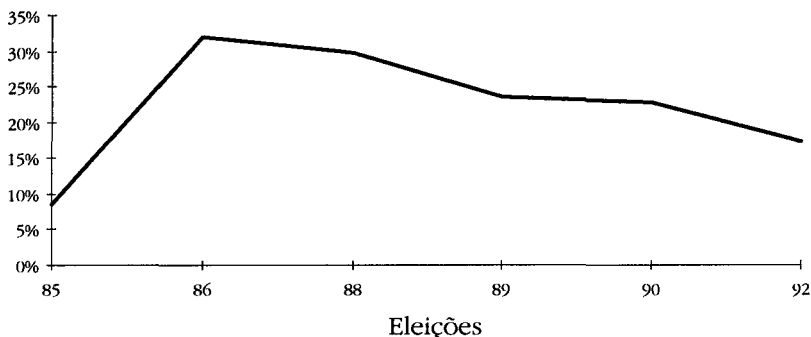
O grupo dos votos brancos e nulos apresentou crescimento bastante expressivo e quase sempre constante ao longo do período. Em dez anos seu número quintuplicou em termos percentuais, atingindo na última eleição quase 1/4 do total de votos. Em eleições concorridas, como as de 1985 e 1988, é certo que o contingente de eleitores que manifesta seu descontentamento com o sistema político através desta forma de protesto tem peso importante — ainda mais quando se localiza de maneira diferenciada entre o eleitorado paulistano, atingindo, no caso da eleição de 1992, quase 30% do total de votos na periferia (contra 15% na Área Homogênea 1).

A volatilidade eleitoral, 1985-92

Assim como os resultados finais das eleições podem ser analisados por diferentes ângulos, a volatilidade eleitoral da capital pode ser examinada de

maneira agregada e por área homogênea (AH). N.º primeiro caso, os resultados para o período 1985-92 estão expressos na *figura 2*.

Figura 2
Volatilidade Eleitoral na Capital
1985-92



Fonte dos dados primários: TRE/SP.

O cálculo da volatilidade confirma a suposição de que a segunda metade dos anos 80 foi um período particularmente instável em termos de estabilidade das escolhas eleitorais na capital. Conforme podemos verificar, a volatilidade foi mais elevada nas eleições de 1986 e 1988. Ambas foram vencidas justamente pelos candidatos que melhor representavam a mudança: Antonio Ermírio de Moraes e Luiza Erundina, respectivamente.

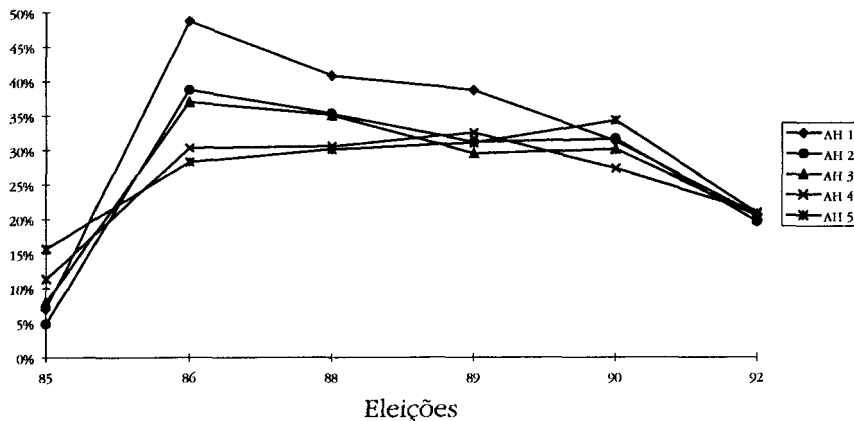
Apesar do grande número de candidatos e do caráter altamente diferenciado da eleição de 1989, a volatilidade caiu um pouco naquele ano. Manteve-se estável em 1990 e caiu novamente em 1992, quando houve uma repetição da elevada votação de Paulo Maluf. Ainda assim, a volatilidade dos blocos no município de São Paulo se encontra em nível sensivelmente mais elevado do que o verificado em 1985.

Se os resultados agregados pouco esclarecem sobre as tendências da volatilidade, o uso das áreas homogêneas certamente oferece elementos mais interessantes de análise, ao permitir verificar, além da existência de diferentes alinhamentos dentro do eleitorado, que a volatilidade, longe de ser um comportamento mais ou menos homogêneo, também se distribui de maneira diferenciada dentro da capital.

O cálculo da volatilidade em cada AH obedece aos mesmos princípios descritos anteriormente: agregação da votação dos partidos, votos nulos e brancos em blocos e cálculo dos percentuais de mudanças de um pleito para outro, tendo por base o total de votos dentro de cada AH¹². Os resultados podem ser visualizados na *figura 3*.

(12) O TRE divulgou os resultados por distrito administrativo até 1986. Em relação a 1982 a literatura existente ainda trabalha com oito AH. Felizmente foi possível para nós obter os dados daquele ano por distrito eleitoral, que foram agregados nas cinco AH da divisão atual. Em 1988 e 1989 os resultados foram divulgados por zona eleitoral, sendo que algumas delas são excessivamente heterogêneas para nossa análise. A solução foi utilizar apenas as zonas eleitorais que estão dentro dos limites de uma mesma AH (Singer, 1990; Pierucci e Lima, 1991). Já para 1990 (primeiro turno) e 1992 (primeiro e segundo turnos), embora o TRE divulgasse os resultados por zona, foi possível obter as votações para cada seção eleitoral, em disquete. Após digitarmos os locais de votação, desenvolvemos um programa que agregou os resultados das seções por local de votação e posteriormente pela nova divisão dos distritos administrativos da cidade (Lei nº 1.784, de 15/01/92), os quais foram classificados de acordo com a AH a que pertenciam. O resultado final foi uma seqüência de dados compatíveis, tanto em termos de resultados como de estratificação por cinco AH, para o período 1982-92. Ainda que tenhamos utilizado um "quebra-galho" para duas eleições importantes (as de 1988 e 1989), os resultados analisados demonstraram uma consistência que nos parece adequada para os fins do presente estudo.

Figura 3
Volatilidade Eleitoral por Áreas Homogêneas da Capital
1985-92



Fonte dos dados primários: TRE/SP.

Nota-se que, conforme poderíamos esperar, a volatilidade nas AH foi mais elevada entre os anos de 1986 e 1990, declinando em 1992. Entretanto, exceto para esta última eleição, existem diferenças significativas nos índices de cada área. O que surpreende não é a existência desta disparidade, mas sua intensidade. Por três eleições consecutivas, até 1989, a AH 1 foi sensivelmente mais volátil que as demais. Neste período, a volatilidade parece ter uma relação quase inversa com a estratificação dos níveis de vida: quanto mais rica a AH, mais alta a volatilidade.

Nas eleições de 1985, 1990 e 1992, o índice de volatilidade foi mais elevado nas áreas onde vive a população de baixa renda, teoricamente mais mal informada e mais sensível à conjuntura de cada campanha. É interessante observar que estas foram as três eleições vencidas por candidatos do bloco de direita. Isto pode significar que, quanto mais volátil for o eleitor da periferia, maiores as chances de um bom resultado para a direita, dada a penetração tradicionalmente mais elevada dos blocos de centro (notadamente o PMDB) e de esquerda nesta área.

De maneira geral, os resultados por AH parecem contrariar o senso comum. Não é raro ouvirmos, eleição após eleição, os perdedores atribuírem parte da culpa por sua derrota aos eleitores que mudam seu voto, muitas vezes em troca de vantagens econômicas ou materiais de pequena monta. Na maioria dos casos, está implícita na crítica a vinculação desse comportamento ao eleitorado de baixa renda. Independentemente das razões da mudança, quando pensamos apenas em termos absolutos, é claro que o número de eleitores que mudam seu voto de uma eleição para outra deve ser muito maior na periferia. Mas em termos proporcionais, ao menos

REFERÊNCIAS

Bartolini, Stefano e Mair, Peter. *Identity, competition and electoral availability. the stabilisation of European electorates, 1885-1985*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Brant, Vinícius (org.). *São Paulo: trabalhar e viver*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Budge, Ian. "Electoral volatility: issue effects and basic change in 23 post-war democracies". *Electoral Studies*, vol. 1, n° 2, 1982..

Campbell, Angus. "Surge and decline: a study of electoral change". In: *Elections and the political order*. Bath: John Wiley & Sons, 1966.

Campbell, Angus, Gurin, Gerald e Miller, Warren E. *The voter decides*. Evanston: Row, Peterson and Company, 1954.

Campbell, Angus e outros. *The American voter*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

Edelman, Murray. *Constructing the political spectacle*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

Ferrari, Levi Bucalem. "Guerra é guerra: aspectos da campanha". In: Lamounier, Bolívar (org.). *1985: o voto em São Paulo*. São Paulo: Idesp, 1986.

Ferrari, Levi Bucalem e Costa, Vicente. "Uma análise da campanha". In: Sadek, M. T. (org.). *Eleições 86*. São Paulo: Vértice, 1989.

Ferreira, Oliveiros S. "A crise de poder do 'sistema' e as eleições paulistanas de 1962". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, vol. 16, 1964.

Franklin, Mark e Mackie, Tom (eds.). *Electoral change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

Gant, Michael M. e Luttbeg, Norman R. *American electoral behavior, 1952-1988*. Ithaca: F. E. Peacock Publishers, 1991.

Grunberg, Gérard. "L'instabilité du comportement électoral". In: Gaixte, Daniel (org.). *Explication du vote: études électorales en France*. Paris: Presse de La Fondation Nationale de Science Politique, 1985.

Huntington, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: Edusp, 1975.

_____. "How countries democratize". *Political Science Quarterly*, vol. 106, n° 4, 1991.

no período estudado, a AH 1, habitada pela elite paulistana, apresentou caráter muito mais volátil.

Se traçarmos uma analogia com os processos de mudança verificados nos Estados Unidos e Europa, veremos que não chega a ser surpresa que sejam justamente os eleitores com maior grau de instrução formal os que apresentam maior propensão a mudar o voto. Maior escolaridade significa, teoricamente, maior capacidade para avaliar o mundo político sem as amarras da identificação partidária. Não queremos com isso dizer que o voto do eleitor com maior escolaridade é "melhor" que o voto daquele que não pôde terminar a escola, mas que, *ceteris paribus*, ele tem mais ferramentas para decidir de acordo com os modelos da teoria de escolha racional. Não se trata de um julgamento de valor, mas apenas de destacar alguns elementos que podem explicar a volatilidade mais elevada em algumas AH durante a segunda metade da década de 80.

Se nosso raciocínio é correto, o eleitor da AH 1, por ter maior acesso às fontes de informação, é mais permeável aos fatores de curto prazo, incluindo as posições dos candidatos nas pesquisas. Neste aspecto, o voto em Antonio Ermírio de Moraes em 1986 (que alcançou a votação mais elevada nesta região em todo o período estudado) significou o rompimento com o caráter plebiscitário do bipartidarismo, um apelo que o PT já havia realizado um ano antes, quando pedia que os eleitores "experimentassem" Suplicy.

Mas somente o maior acesso às fontes de informação não seria suficiente para explicar a volatilidade mais elevada entre 1986 e 1989. Aqui entra em cena outra hipótese: naquele momento (ou no quadro de candidaturas da época) a distância percebida entre os candidatos dos blocos de direita e centro era muito menor que a distância percebida entre estes e os candidatos do bloco de esquerda. Isto fica claro principalmente em 1988 e 1989, mas também em 1990, quando Covas ficou com 20% do total de votos, metade do que obtivera no primeiro turno da eleição presidencial, e Maluf, que obtivera 20% em 1989, pulou para 40%. Apenas um ano se passara, e a votação dos dois praticamente se inverteu. A nosso ver, o único fato político capaz de explicar esta mudança brusca foi a opção de Covas por Lula no segundo turno de 1989.

A volatilidade elevada da área mais rica da cidade não significa que a periferia tenha permanecido estável em termos do seu comportamento eleitoral. Ao contrário, a volatilidade das AH 4 e 5 está em níveis mais altos que os de 1985. Aqui também se combinam fatores de caráter mais instrumental (informação) com percepções diferenciadas do mundo político. Se o eleitor com menor instrução formal tende a mudar seu voto com mais facilidade desde que atingido por alguma nova informação, é baixa, porém, a possibilidade de que esta informação venha a atingi-lo. Isto poderia explicar a menor volatilidade na segunda metade da década passada, fruto, em parte, do desencanto político, que não estimularia as pessoas a se informar. Por outro lado, não é possível ignorar a dimensão de protesto e recusa em participar do sistema político expressa no aumento do número de votos nulos e brancos no início dos anos 90. Isso pode refletir

Iversen, Gudmund R. "Group data and individual behavior". In: Clubb, Jerome (ed.). *Analyzing electoral history*. Beverly Hills: Sage, 1981.

Jamieson, Kathleen H. *Packaging the Presidency*. New York: Oxford University Press, 1992.

Kinzo, Maria D'Alva G. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Centro de Estudos da Fundação Konrad Adenauer, 1993.

Lamounier, Bolivar. "Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente". In: idem e Cardoso, Fernando Henrique (org.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. "O voto em São Paulo, 1970-1978". In: idem (org.). *Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. São Paulo: Vozes/Cebrap, 1980.

_____. "Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor". In: idem (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 1990.

Lamounier, Bolivar e Muszynski, Judith. "São Paulo, 1982: A vitória do (P)MDB". *Textos Idesp*, nº 2, 1983.

Lancaster, Thomas D. e Lewis-Beck, Michael. "The Spanish voter: tradition, economics, ideology". *The Journal of Politics*, vol. 48, nº 3, 1986.

Lijphart, Arend. *Democracies: patterns of majoritarian and consensus government in twenty-one countries*. Westford: Yale University Press, 1984.

Lima, Marcelo C. "Maluf prefeito: o marketing da competência". *Marketing*, nº 236, 1993a.

_____. *Indiana Collor against the maharajas' temple: advertising in the Brazilian presidential campaign*. São Paulo, 1993 (mimeo).

Lipset, Seymour M. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Lipset, Seymour M. e Rokkan, Stein. *Party systems and voter alignments: cross national perspectives*. New York: The Free Press, 1967.

Mainwaring, Scott. "Brazilian party underdevelopment in comparative perspective". *Political Science Quarterly*, vol. 107, nº 4, 1992.

Manin, Bernard. *As metamorfoses do governo representativo*, 1995 (mimeo).

uma insatisfação ou indiferença que será mais facilmente vencida por apelos populistas, facilitando a diferenciação entre as candidaturas.

Esta constatação vale não só para o eleitor mais "periférico" (em relação ao mundo político), mas também para os que têm melhores condições de informação. O "oposicionismo" do eleitorado paulistano se manifesta de maneira diferenciada: enquanto na periferia aparece cada vez mais ligado à negação da esfera política — através da anulação da escolha, expressa no voto branco ou nulo —, nas camadas mais ricas aparece como busca dos nomes capazes de representar a frustração com os governantes de plantão, balizada por um forte componente tático. Sob este aspecto, a mudança no discurso do principal expoente do bloco de direita (da questão da moral/segurança para o apelo da eficiência/modernidade) diminui os custos do voto em uma figura identificada com o regime militar, facilitando a adesão "estratégica", em um momento em que o PT mostrava uma viabilidade eleitoral inimaginável apenas cinco anos antes (Pierucci e Lima, 1991).

Por outro lado, entre o eleitorado de baixa renda a identificação partidária foi um importante fator de explicação e posicionamento frente ao mundo político nos anos 70, um "atalho" que facilitava a decisão do voto. À medida que ela começa a perder sua eficiência, é natural a manifestação de desinteresse através do voto em branco ou nulo. Esta disposição parece representar a maior fonte potencial de instabilidade dos resultados da capital daqui em diante, independentemente de se cristalizar ao redor de candidaturas "neopopulistas" ou sofrer os efeitos de fatores de curto prazo como pacotes econômicos ou a oferta de candidatas.

Mas as mudanças verificadas não devem ser vistas apenas como fruto da esfera individual. As posições dos eleitores também dependem das posições dos partidos. Neste sentido, é preciso notar não só a mudança do discurso do bloco de direita, como também as transformações sofridas pelo centro, com a criação do PSDB. Este processo foi particularmente intenso na segunda metade dos anos 80, quando o tema da "consolidação democrática" perdeu sua capacidade diferenciadora e os candidatos começaram a buscar posicionamentos que refletissem as necessidades percebidas pelo eleitorado. O resultado foi uma "pasteurização" dos temas de campanha, que passaram a ser centrados basicamente na questão da competência. Este movimento ajuda a entender a queda dos índices de volatilidade na capital no início dos anos 90, bem como a diminuição das diferenças entre as AH.

Embora não seja nosso objetivo fazer uma análise detalhada das plataformas de cada campanha, parece-nos claro que essa instabilidade determina não só a natureza da escolha entre as diversas opções, como também a recusa de uma parcela crescente do eleitorado em sequer se dar ao trabalho de escolha. Contribuíram para esta instabilidade não só a volta do pluripartidarismo e a natureza da nossa transição para a democracia, como também a tradicional fragilidade dos partidos no Brasil. Estas características "endógenas" do nosso sistema partidário se combinaram com as modificações de caráter mais generalizado pelas quais passaram as instituições partidárias em todo o mundo. O resultado foi que, em certo

Matheus, Carlos. "Cauteloso, eleitor evitou riscos em 1992". *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 16/11/92, p. 4.

McDonough, Peter e Pina, Antônio L. "Continuity and change in Spanish politics". In: Rus-sel, Dalton e outros. *Electoral change in advanced industrial democracies*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

Meneguello, Rachel e Martins Alves, Ricardo. "Tendências eleitorais em São Paulo, 1974-1985". In: Lamounier, Bolívar (org.). *1985: O voto em São Paulo*. São Paulo: Idesp, 1986.

Meyrowitz, Joshua. *N.º sense of place: the impact of electronic media on social behavior*. New York: Oxford University Press, 1985.

Muszynski, Judith. "O eleitorado paulistano em 1986: a marca do oposicionismo". *Textos Idesp*, nº 25, 1988.

_____. "Eleições e malufismo na voz dos motoristas de táxi: um caso de identidade política". *Textos Idesp*, nº 29, 1989.

_____. "As razões de um resultado surpreendente: a vitória de Luiza Erundina". *Textos Idesp*, nº 35, 1989.

Muszynski, Judith e Mendes, Antônio Manuel. "Democratização e opinião pública no Brasil". In: Lamounier, Bolívar (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 1990.

Niemi, Richard G. e Weisberg, Herbert F. "What determines the vote?". In: idem (eds.). *Controversies in voting behavior*. Washington: CQ Press, 1993.

Norris, Pippa. *The volatile electorate: British by-elections since the war*. Londres: London School of Economics, 1990.

Pedersen, Morgens N. "The dynamics of European party systems: changing patterns of electoral volatility". *European Journal of Political Research*, vol. 7, nº 1, 1979.

Pierucci, Antônio Flávio. *Janistas e malufistas em São Paulo (1985-1986): a direita mora no outro lado da cidade*. São Paulo, 1988 (mimeo).

Pierucci, Antônio Flávio e Lima, Marcelo. "A direita que flutua". *Novos Estudos*, São Paulo: Cebrap, nº 29, 1991.

Pierucci, Antônio Flávio, Prandi, Reginaldo e Mendes, Antônio Manuel. *O voto e a cidade*. São Paulo, 1985 (mimeo).

sentido, nossos partidos foram tão ou mais instáveis quanto os eleitores, contribuindo para o elevado índice de volatilidade verificado na capital.

A ausência de maiorias fiéis a este ou aquele partido aumenta a importância de fatores de curto prazo, dificultando previsões. Pequenas flutuações ou divisões dentro de um mesmo campo podem levar a drásticas modificações nos resultados e nas suas interpretações, como ocorreu em 1988. Além disso, é preciso levar em conta não só o alinhamento dos blocos ideológicos, mas o aparecimento de um novo complexo de *issues*, cristalizados ao redor do que se denomina "voto econômico". Apelando para temas "gerenciais" não-controversos, como "competência" e "eficiência", é possível construir coalizões eleitorais temporárias, suficientes para garantir a vitória. Como mostrou Paulo Maluf em 1990 e 1992, isto pode funcionar mesmo no caso de candidatos notoriamente ideológicos.

As variações do índice de volatilidade também apontam para esta pluralidade dentro do eleitorado. Embora nos dois últimos pleitos tenhamos verificado uma tendência para a homogeneização, durante boa parte dos anos 80 os eleitores da AH 1, com maior nível de instrução formal e teoricamente mais bem informados, foram os mais voláteis. Enquanto isso, as AH da periferia, se não chegam a ser classificadas propriamente como estáveis, exibem variação menor.

Um dos fatores que podem explicar este comportamento, contrário ao paradigma que dominou as análises eleitorais durante um bom tempo, é que a causa da volatilidade nas escolhas eleitorais não é necessariamente a desinformação — ao contrário. Embora não tenham forte identificação com os partidos, os eleitores das áreas mais ricas são capazes de avaliar os principais *issues* de cada eleição (ainda que dentro de um processo de racionalidade de baixa informação) e também as chances de seus partidos preferidos, para manter longe do poder o partido que mais lhes desagrada (que, neste caso, parece ser o PT).

Já os resultados da periferia (AH 4 e 5), apesar da queda do (P)MDB, apontam para uma maior resistência de processos relacionados aos mecanismos da identificação partidária. A dificuldade de obter novas informações sobre os atores políticos faz da identificação com um partido um elemento facilitador do voto, principalmente entre os menos informados. Neste sentido, os laços entre eleitor e partido podem ser mais duradouros que nas áreas mais ricas. Isto ajuda a explicar os bons resultados do bloco de centro naquela região, onde os candidatos do PMDB ou a ele ligados no passado tendem a ter votação mais expressiva (quatro vitórias na AH 5, entre 1982 e 1992). Não estamos com isso afirmando que o eleitor da periferia seja menos volátil que o das áreas mais ricas, mas apenas que, em virtude de diferentes motivos, um pode ser tão volátil quanto o outro.

Essa diferenciação é importante quando pensamos no sistema partidário que está se gestando no Brasil. É natural que depois de uma transição tão complexa e gradual como a nossa o eleitor demore a associar os partidos com identidades de classe, religião etc. As clivagens políticas ainda não conseguiram se solidificar sobre as diferenças sociais e culturais.

Popkin, Samuel L. *The reasoning voter: communication and persuasion in presidential campaigns*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

Powell, G. Bingham. *Contemporary democracies: participation, stability and violence*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

Rospir, Juan Ignacio. *Mass media and vote decision in Spain*, 1993 (mimeo).

Simão, Aziz. "O voto operário em São Paulo". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, vol. 1, 1956.

Singer, André. "Collor na periferia: a volta por cima do populismo?". In: Lamounier, Bolívar (ed.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 1990.

Van Deth, Jan W. e Janssen, Joseph H. "Party attachments and political fragmentation in Europe". *European Journal of Political Research*, vol. 25, nº 1, 1994.

(13) O declínio da importância das partidos nas disputas eleitorais apontaria para uma decomposição do sistema partidário que não é prelúdio para novos alinhamentos, mas início de um longo processo de declínio do seu papel político. O aumento do personalismo nas campanhas, o aumento da volatilidade eleitoral e a diminuição da coesão partidária seriam já sintomas deste fenômeno. "Durante as últimas décadas, os estudos eleitorais têm acentuado a importância da instabilidade eleitoral. Vem aumentando o número de eleitores flutuantes que não depositam seu voto a partir de uma identificação partidária estável. Um segmento crescente do eleitorado tende a votar de acordo com os problemas e as questões postas em jogo em cada eleição. Na verdade, sempre houve um eleitorado instável, mas, no passado, ele se compunha de cidadãos pouco informados, pouco interessados em política e com um nível baixo de escolaridade. A novidade introduzida pelo eleitorado flutuante de hoje é que ele é bem informado, interessado em política e razoável-

Entretanto, precisamos efetuar um corte em relação a esta dificuldade de estabelecer partidos fortes. Acreditamos que ela ocorre por razões diferentes entre os eleitores mais e menos informados. Não que os primeiros tenham capacidade para fazer uma escolha "racional" e os outros não, mas é justamente a maneira de lidar com as variações que trabalha contra um fortalecimento do sistema partidário.

Ameaça ou nova forma de democracia?

Seriam as décadas de 80 e 90 uma "era crítica", que estaria dando lugar a um período de alinhamento duradouro? Se temos em mente a reprodução do modelo da clivagem social verificado nas democracias mais tradicionais, a resposta nos parece ser positiva. É evidente, até mesmo por questões institucionais (volta do pluripartidarismo), que um período de instabilidade, uma fase de pré-alinhamento teria que acontecer até o desenvolvimento de lealdades mais ou menos estáveis entre o eleitorado. E que o eleitor de baixa renda seria mais cauteloso nesta mudança.

Mas só a cautela não explica os resultados que obtivemos. Precisamos considerar se é possível a reprodução do modelo clássico da democracia de partidos no momento em que assistimos, em quase todo o mundo, a modificações profundas não apenas nas funções dos partidos, mas também na estrutura social, para não falar da reorganização do papel do Estado. O eleitor com maior informação reage mais rapidamente a estas modificações, sem que sua reação signifique desinteresse ou apatia, ao contrário.

Chegamos assim ao cerne da questão do eleitor volátil: ele tanto pode ser um "apático desinformado" como um "racionalista" em estado quase puro. Seus processos de decisão são diferentes, e exigem estratégias diferentes por parte dos partidos, ainda que cheguem ao mesmo resultado. É claro que cada um contribui de modo diferente para a manutenção (ou dissolução) da estabilidade política, mas não podemos dizer o mesmo em relação ao fortalecimento do sistema partidário. Qual proporção será a melhor para a consolidação democrática? Muitos eleitores instáveis mas "racionalistas" ou uma massa estável, condicionada pela identificação partidária?

O desenvolvimento de um sistema partidário "forte" ou o estabelecimento de uma "democracia de público"¹³ são processos complexos. Nossa opinião é que eles podem mesmo coexistir, como mostramos aqui. De um lado, temos uma parcela da população que se comporta nos moldes propostos pelo paradigma de Michigan, e de outro os eleitores que agem "racionalmente", com mais informação e elementos para tomar sua decisão. As maneiras como o nosso sistema político pode sobreviver a esta dupla instabilidade devem se tornar objeto de maior interesse não só para os pesquisadores, mas para todos aqueles que desejam o fortalecimento da democracia no Brasil.

mente instando. Boa parte desse fenômeno se deve à neutralização da mídia informativa e de opinião: os eleitores interessados em política, e que buscam se informar, são expostos a opiniões conflitantes, enquanto que, na democracia de partido, as opiniões do mais ativo e interessado dos cidadãos eram reforçadas pelas fontes de informação a que recorria. A existência de um eleitorado bem-informado e interessado, que pode ser empurrado de um lado para outro, estimula os políticos a expor suas idéias diretamente ao público. Pode-se conquistar o apoio de uma maioria a uma determinada orientação política falando diretamente ao eleitorado. O debate de temas específicos não fica mais restrito aos muros do Parlamento (como no parlamentarismo), nem às comissões consultivas entre partidos (como na democracia de partido); o debate se processa no meio do próprio povo. Em consequência, o formato de governo representativo que hoje está nascendo caracteriza-se pela presença de um novo protagonista, o eleitor flutuante, e pela existência de um novo fórum, os meios de comunicação de massa" (Manin, 1995, p. 32). Dentro desta perspectiva, traçando um paralelo entre a situação atual e a que se verificou no final do século XIX, Manin levanta a hipótese de que o que vemos hoje é a crise de um sistema de representação fundado sobre os partidos, que estão perdendo sua funcionalidade para a democracia, ao mesmo tempo que assistimos ao aparecimento de uma nova forma de governo representativo, por ele chamada "democracia de público".

Recebido para publicação em 23 de setembro de 1996.

Marcelo Coutinho de Lima é mestre em Ciências Sociais pela USP e professor da ESPM. Já publicou nesta revista, em co-autoria com Antônio F. Pierucci, "São Paulo 92, a vitória da direita" (nº 35).

Novos Estudos
CEBRAP

N.º 46, novembro 1996
pp. 21-38